

**HABEAS CORPUS Nº 507.608 - TO (2019/0122859-7)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**VALDEON BATISTA PITALUGA - TO000342B**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**PACIENTE : LEANDRO MACHADO DE SOUSA (PRESO)**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE REVOGAÇÃO. IMPETRANTE INTIMADA PARA INSTRUIR ADEQUADAMENTE O *WRIT*. DETERMINAÇÃO NÃO ATENDIDA. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LEANDRO MACHADO DE SOUSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins no HC n.º 0005347-26.2019.827.0000.

Neste *writ*, a Defensoria Pública alega, em suma, a existência de constrangimento ilegal decorrente da prisão cautelar do Paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, sem prejuízo da eventual imposição de cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

Por constituir ônus da Defesa zelar pela correta formação do *writ*, conferi à Parte Impetrante o prazo de 5 (cinco) dias para trazer aos autos cópia do documento faltante (decisão que converteu a prisão em flagrante do Paciente em preventiva). Constata-se, todavia, que não foi juntada a cópia da referida decisão, a despeito do que determinei expressamente.

Por certo, constitui ônus do Impetrante (ou do Recorrente) narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso) – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar

adequadamente os autos, olvidando-se de que o *writ* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018).

Portanto, diante do desinteresse da Defesa, que deixou de atender a determinação de fl. 60, não há como analisar o mérito do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

